

Algumas considerações sobre a prestação de contas do segundo quadrimestre de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Rede Mário Gatti

1. Apesar da pandemia de Coronavírus, que afetou pesadamente a economia brasileira, a **arrecadação da Prefeitura de Campinas não sofreu impacto negativo nesses dois quadrimestres do ano** em relação ao mesmo período do ano passado. Em 2019, de janeiro a agosto, a receita de impostos e transferências constitucionais ficaram em 2 bilhões e 654 milhões, ao passo que no mesmo período de 2020 foram 2 bilhões e 635 milhões, uma queda de menos de 1%.
2. Foram **repassados à Secretaria de Saúde sob a rubrica Coronavírus**, em valores aproximados, um total de 96 milhões e 700 mil reais pelo governo federal, 14 milhões e 300 mil pelo Estadual e mais 1 milhão de doação do TJSP, num **total aproximado de 99 milhões. Foram gastos (empenhados) com a mesma rubrica o total 53 milhões, ou seja, aproximadamente 54% do total recebido**, o que corresponde a 5,71% das despesas da Secretaria de Saúde, incluindo a Secretaria de Saúde propriamente dita e a autarquia Rede Mário Gatti.
 - a) Para se ter uma dimensão desses valores, **o total de receitas recebidas** pela Secretaria de Saúde para o Coronavírus (99 milhões) é praticamente **igual aos gastos** que a Secretaria já teve, nesse período, com a PUCC (também 99 milhões), **o seu maior convênio**.
 - b) A **quantia já gasta** com o Coronavírus (53 milhões) é superior aos gastos, no período, com o Cândido Ferreira (47 milhões), seu **segundo maior convênio**.
 - c) Segundo os dados do Portal da Transparência foram empenhados até 31 de agosto de 2020 como “Covid-19 Despesas”, aproximados 55 milhões de reais, dos quais **26 milhões e 500 mil reais pelo Fundo Municipal de Saúde e 28 milhões e 500 mil pela autarquia Rede Mário Gatti**.
 - d) Os **gastos da Secretaria de Saúde** estão distribuídos em compras de medicamentos, insumos e imunobiológicos; material odontológico; equipamentos de proteção individual; confecções de uniformes, entre outros.
 - e) Já os **gastos da autarquia** foram em material hospitalar, manutenção de bens móveis, manutenção de máquinas e equipamentos, contratações por tempo determinado, entre outros (grande parte dos gastos foi para a implantação e manutenção do Hospital de Campanha).
3. A **Secretaria de Saúde como um todo**, que é a soma da Administração Direta (Secretaria de Saúde propriamente dita) e da Indireta (a Rede Mário Gatti), teve uma despesa total, até agosto de 2020, de **942 milhões e 650 mil reais (arredondado)**.
4. Observa-se o peso da **Rede Mário Gatti**, cujas despesas de 317 milhões e 300 mil reais, correspondeu a **36,66% de todas as despesas**. Essa proporção de gastos, aliada à autonomia legal que lhe dá ser uma autarquia e ao fato de gerenciar serviços de urgência e emergência e de incorporação tecnológica complexa, dá à Rede Mário Gatti um peso importante na administração da Saúde no município, lhe conferindo um importante **status de segundo comando**, diferente daquilo que está inscrito na constituição (Comando único da Saúde em cada ente federado). Como consequência temos um conjunto de serviços de atenção primária e secundários geridos pela Secretaria de Saúde propriamente dita e os hospitalares e de urgência geridos pela Rede Mário Gatti, **sem uma integração adequada, fragmentando a rede de cuidados**.
5. Ao se olhar o desdobramento das despesas da Administração direta (a Secretaria de Saúde propriamente dita) e da Rede Mário Gatti, algumas coisas são dignas de nota:
 - a) As **despesas com pessoal** na Secretaria de Saúde propriamente dita tem **peso menor** (41,45%) que na Rede Mário Gatti (47,09%), como já se verificara no quadrimestre anterior. Isso se explica por que são serviços onde a categoria médica tem peso relativo maior, aumentando proporcionalmente o peso da folha. **Esse não é ainda maior porque**

grande parte dos serviços estão terceirizados.

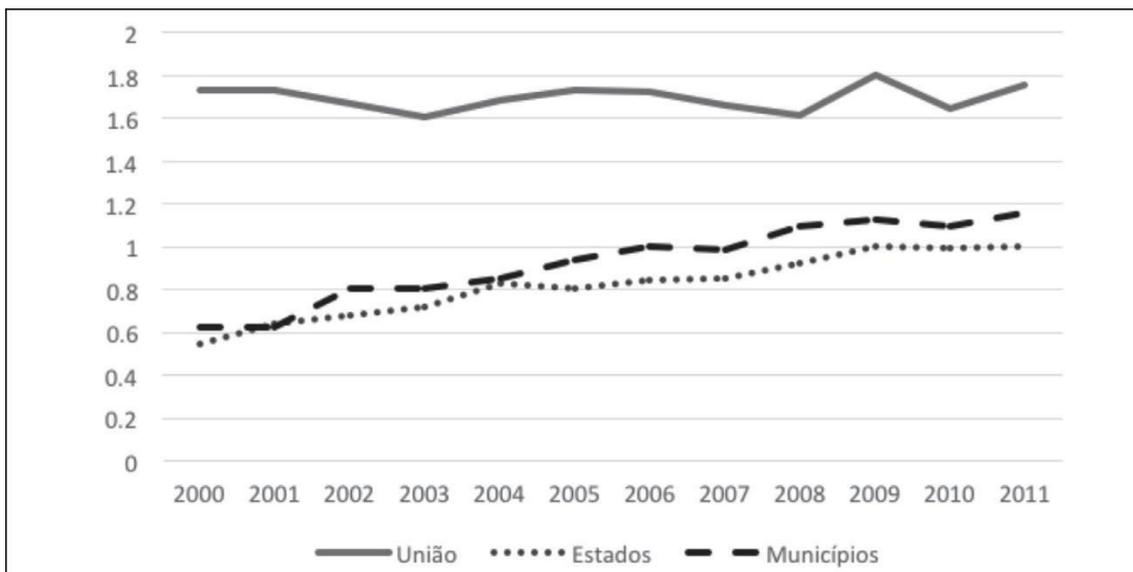
- b) As despesas com prestadores terceirizados (prestadores conveniados e serviços) corresponderam a 50,5% de todas as despesas da Secretaria de Saúde propriamente dita (33,10% com prestadores conveniados e 17,40% com serviços) e 39% na Rede Mário Gatti. **O que demonstra o peso das terceirizações na gestão da Saúde em Campinas.**
- c) Observe-se que, na administração direta, houve elevação considerável em relação ao mesmo período do ano passado: gastaram-se no segundo

quadrimestre de 2019 29% com prestadores conveniados e 11,8% com outros serviços, num total aproximado de **40,8%**.

- 6. Quando se observam as **fontes de financiamento** das despesas em Campinas, vê-se que **70% é de responsabilidade do governo municipal e 22,72% do governo federal. A contribuição do governo estadual é de 1,1%**, embora este tenha despesas com o Hospital das Clínicas da Unicamp, importante para o SUS local, cujas despesas não estão computadas. Vale considerar que o governo federal, proporcionalmente, tem reduzido a sua parte no financiamento do SUS, ao mesmo tempo em que os municípios vêm aumentando a sua parcela, conforme pode se observar no gráfico abaixo.

A figura mostra a evolução temporal da contribuição relativa dos entes federativos – união, estados e municípios-- para o custeio da saúde no Brasil.

O que se observa é que efetivamente há um repasse dos custos progressivo para os estados e municípios, estes últimos o elo fraco da divisão tributária vigente (Mário Scheffer e Lígia Bahia, 2014)



Representação gráfica da contribuição relativa dos orçamentos federal, estadual e municipal para o custeio da saúde no Brasil, em porcentagem do PIB. IBGE, 2018

É importante frisar que esses dados vão até o ano de 2011, mas desde 2014 a situação piorou, particularmente com a emenda constitucional do teto de gastos de 2016.